

CLIPPING IMPRESSO

06/08/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CEMULHER.....	1 - 3
1.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	4
2. JORNAL EXTRA	
2.1. DESEMBARGADOR.....	5
2.2. PROCESSO SELETIVO.....	6 - 7
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. CEMULHER.....	8
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. CEMULHER.....	9 - 10
4.2. DESEMBARGADOR.....	11
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CEMULHER.....	12
5.2. PROCESSO SELETIVO.....	13

ESTADO MAIOR

“Desperta, Maria!”

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) instituiu um programa de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, no âmbito do Poder Judiciário estadual.

Trata-se do “Desperta, Maria!”, cujo objetivo é incentivar servidoras, colaboradoras das empresas terceirizadas e magistradas a denunciarem situações de violência doméstica e familiar.

O programa será executado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher).



**PERGENTINO
HOLANDA**

.....
ph@mirante.com.br
@holandaph

Valorização da mulher

Presidente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA, a desembargadora Angela Salazar abriu, ontem, no Fórum de São Luís, a IV Semana Estadual de Valorização da Mulher, com a realização do Seminário "Patriarcado e Gênero: Desconstruindo

Paradigmas Jurídicos", organizado pela Escola Superior da Magistratura. A programação reúne magistrados, promotores, servidores, defensores públicos, delegados, advogados, profissionais da Rede de Atendimento à Mulher, estudantes e demais parceiros do Sistema de Justiça.

Tribunal de Justiça abre IV Semana Estadual de Valorização da Mulher

Presidente da Cemulher, desembargadora Angela Salazar, disse que tramitam mais de 28 mil processos envolvendo violência doméstica contra a mulher

A presidente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (Cemulher/TJMA), desembargadora Angela Salazar, abriu ontem, 5, no Fórum de São Luís (Calhau), a IV Semana Estadual de Valorização da Mulher.

O evento iniciou com a realização do Seminário “Patriarcado e Gênero: Desconstruindo Paradigmas Jurídicos”, organizado pela Escola Superior da Magistratura (Esmam). A programação reúne magistrados, promotores, servidores, defensores públicos, delegados, advogados, profissionais da Rede de Atendimento à Mulher, estudantes e demais parceiros do Sistema de Justiça.

Na abertura, Angela Salazar destacou que tramitam no Maranhão mais de 28 mil processos envolvendo violência doméstica contra a mulher. “A condição fática de violência a que estão submetidas as mulheres no Brasil, em especial no nosso Estado, revela a negação de direitos fundamentais, principalmente no plano das relações domésticas e familiares, o que significa negar-lhes a essência da própria dignidade humana”, ressaltou.

Para a magistrada, o combate à violência de gênero pressupõe a desconstrução de paradigmas sexistas e machistas, nos espaços públicos e privados. “Não se deve admitir a naturalização da violência com a consequente aceitação das desigualdades entre homens e mulheres. A



Angela Salazar fala na abertura da Semana de Valorização da Mulher

modificação da cultura de subordinação calcada em questões de gênero requer ações conjugadas do poder público e da sociedade civil organizada”, concluiu.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, participou da programação e falou da importância do evento como espaço de reflexão sobre as novas posturas exigidas do Judiciário no julgamento das ações que envolvem questões de gênero e violência.

Novos programas

Ontem, dois novos projetos foram lançados pela Cemulher “Marias em

Ação” e “Valoriza Mulher”, voltados, respectivamente, para a capacitação de lideranças comunitárias femininas (em parceria com a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social-Semcas) e para o reconhecimento de ações empresariais de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres e que busquem a igualdade de oportunidades no ambiente corporativo (em parceria com empresas privadas), sem discriminação de gênero.

Já o programa “Desperta, Maria!”, cuja apresentação foi realizada no local do evento por meio de vídeo institucional produzido pela equipe da Assessoria de Comunicação do

TJMA, tem como objetivo incentivar servidoras, colaboradoras das empresas terceirizadas e magistradas do TJMA a denunciarem situações de violência doméstica e familiar que estejam vivenciando ou que tenham conhecimento, ofertando a escuta, o atendimento humanizado e o apoio necessário para a superação da situação de violência.

Homenagens

No evento de abertura, foram homenageadas as desembargadoras Etelvina Luíza Ribeiro Gonçalves, Judith de Oliveira Pacheco (*in memoriam*) e Maria Madalena Alves Serejo (*in memoriam*) - mulheres pioneiras na magistratura maranhense.

Também receberam homenagem os desembargadores Cleonice Silva Freire - pela iniciativa de estruturação da Cemulher e execução de políticas públicas voltadas à prevenção e enfrentamento à violência de gênero no Estado do Maranhão; e Joaquim Figueiredo - pelo apoio irrestrito às ações da Coordenadoria, em especial aquelas voltadas para o público interno do Judiciário, com a implantação de grupo especial de trabalho para incentivar a igualdade de gênero, no âmbito do TJMA.

As atividades da IV Semana Estadual de Valorização da Mulher prosseguem até o dia 9 de agosto e visam fortalecer a prestação jurisdicional e o enfrentamento à violência contra a mulher. ●

Íntegra em oestadoma.com/470622



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico (SRP) nº 42/2019

Processo nº 19.457/2019

Objeto: Registro de Preços para contratação eventual de empresa especializada na prestação de serviços planejamento, organização, coordenação, execução e acompanhamento de eventos do Tribunal de Justiça do Maranhão; **Justificativa:** Revisão do Termo de Referência; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luis/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br; **Fones:** (98) 3261-6181 / 6194.

São Luis/MA, 05 de agosto de 2019. **Allyson Frank Gouveia Costa** – Pregoeiro TJMA.

PORQUÊ NÃO COLABORAR EIS A QUESTÃO?

* José Armando Rodrigues de Sousa

Já algum tempo, tinha em mente fazer um artigo, abordando esse tema, que será bastante contestado, pelos senhores que vocês saberão durante a leitura explicativa desse opúsculo contundente, porém, necessário ao país. Quando falei do CONTROLE DA NATALIDADE, relatei também, sobre PROSTITUIÇÃO e MORADORES DE RUAS. Qual não foi minha surpresa, as benesses concedidas para que tal fato adentra por anos e anos e talvez, sem uma solução aprazível para extirpar tais malefícios. Botar no mundo o ser vivente sem condições mínimas de criação é um verdadeiro holocausto e sem qualquer esperança de solução, depois, vem a Prostituição, fazendo um amontoado de meninas que, poderiam estar estudando e provavelmente ser alguém de bem amanhã e isto acontece pelas belezas de benesses que são ofertadas para essas adolescentes.

E os Moradores de Ruas, que abacanha uma parcela bem avantajada desses viventes que são prejudicados pela falta de uma providência substanciada com lares para morar, com trabalhos e estudos em oficinas para ter uma profissão que lhe possa dar uma vida melhor, não. isto só fica na fala dos especialistas. Quando se fala em aumento do Salário Mínimo é um verdadeiro DESASTRE MONETÁRIO que lhe é imputado, porém, quando é o aumento para os Poderes Executivos Municipais, Estaduais e Federais, os valores percentuais de

até 30% não afetam a Economia Brasileira, Agora, eu tenho uma ideia que talvez possa resolver tais problemas, e se for preciso, eu farei a explanação pessoalmente, porque em primeiro lugar não se constrói casas para esse pessoal em locais de propriedades públicas? Porque não se faz um levantamento desse pessoal em todo o Brasil?

Porque dar imóveis para quem já tem bastante? Porque não recuperar imóveis desabitados e locá-los ao pessoal de Ruas? Porque não cobrar dos Vereadores, Prefeitos, Vices-Prefeitos, Secretários, Deputados Estaduais, Governadores, Secretários, Presidente da República, Vice-Presidente, Deputados Federais, Senadores, Ministros, Secretários, Cargos Comissionados, Poder Judiciário, Juízes, Ministros de Tribunais, Supremo Tribunal Federal e todo aparato Judiciário, uma contribuição mensal de R\$100,00 (cem reais) por mês de seus benefícios e direcioná-los para uma Caixa de Amparo aos Miseráveis que morrem a cada dia nas ruas ou então são absolvidos pelos traficantes de drogas ou outros tipos de malfeitores. Agora, temos que ter no comando, gente de VERGONHA, LIMPO, ÉTICO E RESPEITÁVEL, para que tudo isso funcione a contento. Não esqueçam desse provérbio: "O MUNDO ESTÁ CHEIO DE PESSOAS QUE TÊM O SORRISO NOS LÁBIOS E O VENENO NO CORAÇÃO".

Voltarei ao mesmo assunto. AGUARDEM.

* JORNALISTA REGISTRO 0011538/DF, PROFESSOR, POETA E PROFESSOR, MEMBRO DA ACADEMIA SERTANEJA DE LETRAS, EDUCAÇÃO E ARTES DO MARANHÃO - ASLEAMA - CAXIAS - MARANHÃO, DA ACADEMIA DE LETRAS DE BARREIRINHAS - MARANHÃO, DA ACADEMIA DE CULTURA E LITERATURA, DA ACADEMIA DE LETRAS CAMAC LEON, DA ACADEMIA NACIONAL DE CULTURA, LETRAS E ARTES DO BRASIL, DA ANACLA, DA ACADEMIA DE MUNDIAL DE CULTURA E LITERATURA E DO MOVIMENTO NACIONAL ELOS LITERÁRIOS.

**Divulgado edital para
concurso do Tribunal de
Justiça do Maranhão**

PÁGINA 3

ATENÇÃO RAPAZIADA

Divulgado edital para concurso do Tribunal de Justiça do Maranhão

O edital para o concurso do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) foi divulgado com oferta de 63 vagas para os níveis médio e superior. As remunerações iniciais variam entre R\$ 4.812,72 e R\$ 9.115,35, considerando vencimentos e benefícios. A prova está marcada para ser realizada no dia 29 de setembro deste ano.

As inscrições começam dia 5 de agosto e vão até dia 28 do mesmo mês. Para solicitar a isenção na taxa, o período é de 5 a 9 de agosto. A taxa para vagas de nível superior custa R\$ 100 e para nível médio, R\$ 70.

No momento da inscrição pelo site da Fundação Carlos Chagas, o candidato pode es-



colher São Luís, Caxias ou Imperatriz como local da prova marcada para ser realizada no dia 29 de setembro.

As vagas ofertadas são para técnico judiciário, analista judiciário e oficial de justiça. Para analista judiciário (nível superior), os cargos são analista de sistemas, engenheiro mecânico, direito, assistente social, psicólogo e psiquiatra.

Para oficial de justiça apenas com nível superior em direito. Para técnico judiciário (nível médio), os cargos são de apoio técnico administrativo, técnico em informática, técnico em contabilidade e técnico em edificações.

GÊNERO

Judiciário abre IV Semana Estadual de Valorização da Mulher no Maranhão

A presidente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA), desembargadora Angela Salazar, abriu, ontem, no Fórum de São Luís (Calhau), a IV Semana Estadual de Valorização da Mulher.

O evento iniciou com a realização do Seminário "Patriarcado e Gênero: Desconstruindo Paradigmas Jurídicos", organizado pela Escola Superior da Magistratura (ESMAM). A programação reúne magistrados, promotores, servidores, defensores públicos, delegados, advogados, profissionais da Rede de Atendimento à Mulher, estudantes e demais parceiros do Sistema de Justiça.

Na abertura, Angela Salazar destacou que tramitam no Maranhão mais de 28 mil processos envolvendo violência doméstica contra a mulher. "A condição

fática de violência a que estão submetidas as mulheres no Brasil, em especial no nosso Estado, revela a negação de direitos fundamentais, principalmente no plano das relações domésticas e familiares, o que significa negar-lhes a essência da própria dignidade humana", ressaltou.

Para a magistrada, o combate à violência de gênero pressupõe a desconstrução de paradigmas sexistas e machistas, nos espaços públicos e privados. "Não se deve admitir a naturalização da violência com a consequente aceitação das desigualdades entre homens e mulheres. A modificação da cultura de subordinação calçada em questões de gênero requer ações conjugadas do poder público e da sociedade civil organizada", concluiu.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figuei-

redo dos Anjos, participou da programação e falou da importância do evento como espaço de reflexão sobre as novas posturas exigidas do Judiciário no julgamento das ações que envolvem questões de gênero e violência.

NOVOS PROGRAMAS

Nesta segunda-feira, dois novos projetos foram lançados pela CEMULHER: "Marias em Ação" e "Valoriza Mulher", voltados, respectivamente, para a capacitação de lideranças comunitárias femininas (em parceria com a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social-SEMecas) e para o reconhecimento de ações empresariais de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres e que busquem a igualdade de oportunidades no ambiente corporativo (em parceria com empresas privadas), sem discriminação de gênero.

Já o programa "Desperta, Maria!", cuja apresentação foi realizada no local do evento por meio de vídeo institucional produzido pela equipe da Assessoria de Comunicação do TJMA, tem como objetivo incentivar servidoras, colaboradoras das empresas terceirizadas e magistradas do TJMA a denunciarem situações de violência doméstica e familiar que estejam vivenciando ou que tenham conhecimento, ofertando a escuta, o atendimento humanizado e o apoio necessário para a superação da situação de violência.

HOMENAGENS

No evento de abertura, foram homenageadas as desembargadoras Etelvina Luíza Ribeiro Gonçalves, Judith de Oliveira Pacheco (in memorian) e Maria Madalena Alves Serejo (in memorian) - mulheres pioneiras na magistratura maranhense.

Judiciário institui programa interno de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) institui programa de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, no âmbito do Poder Judiciário estadual. Trata-se do "Desperta, Maria!", cujo objetivo é incentivar servidoras, colaboradoras das empresas terceirizadas e magistradas a denunciarem situações de violência doméstica e familiar que estejam vivenciando ou que tenham conhecimento.

O programa - instituído pelo Ato da Presidência nº. 72019, assinado pelo desembargador Joaquim Figueiredo, presidente do TJMA - será executado pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER), presidida pela desembargadora Angela Salazar, com apoio da Diretoria de Recursos Humanos do TJMA.

A desembargadora Angela Salazar destacou que, com o apoio ao programa de autoria

da CEMULHER, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo atua como protagonista na implantação de uma política interna de prevenção e enfrentamento à violência contra magistradas e servidoras. "Ele acolheu com sensibilidade ao programa e a CEMULHER pretende homenageá-lo por seu total apoio às ações", disse.

Entre as ações do Programa "Desperta, Maria!", estão disponibilizar aos usuários canais internos de denúncias (linha telefônica, aplicativo de mensagens instantâneas e e-mail); promover palestras e ações informativas sobre os direitos das mulheres, no âmbito do Poder Judiciário; e assegurar prioridade de atendimento médico, psicossocial e jurídico, inclusive online, às mulheres em situação de violência doméstica e familiar e seus dependentes.

A medida considera a atribuição do poder público em

desenvolver políticas para garantia dos direitos fundamentais das mulheres nas relações domésticas e familiares, resguardando-as contra práticas de discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Considera também a resolução nº. 254 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, definindo diretrizes e ações de prevenção e comba-

te à violência contra as mulheres e garantindo a adequada solução de conflitos que envolvam mulheres em situação de violência física, psicológica, moral, patrimonial e institucional, nos termos da legislação nacional vigente e das normas internacionais.

DENUNCIE

A denúncia de violência contra a mulher pode ser feita em delegacias e órgãos especializados e por meio do Ligue 180, central de atendimento à mulher, que funciona 24 horas por dia, de forma gratuita e confidencial ou por e-mail, no endereço ligue180@spm.gov.br.

CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO

Para divulgar o programa, a Assessoria de Comunicação do TJMA divulgará, a partir desta segunda-feira (2), campanha institucional nos canais internos de comunicação - intranet, e-mail, ponto eletrônico, Rádio Web Justiça do Maranhão e outros - com extensão para as redes sociais oficiais do TJMA. Será veiculado um vídeo institucional de conscientização feito com servidoras do Judiciário estadual. *(Danielle Limeira - Asscom TJMA)*

CCJ abre o semestre com audiências sobre pacote anticrime

Divulgação



Um dos projetos na pauta é da senadora maranhense Eliziane Gama

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) realiza na próxima semana duas audiências públicas destinadas a discutir um dos projetos do chamado “pacote anticrime”. O PL 1.864/2019, da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), traz medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa.

Os debates terão a presença dos presidentes de entidades de classe do Judiciário, do Ministério Público, de instituições policiais e da Defensoria Pública. Na terça-feira (6), a partir das 10h, a

comissão receberá Jayme de Oliveira Neto, da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Magid Láuar, da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages); Fábio da Nóbrega, da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR); Edvandar de Paiva, da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF); Carlos Eduardo Jorge, da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol); e José Fabrício de Lima, do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege).

Judiciário abre IV Semana Estadual de Valorização da Mulher no Maranhão

A presidente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJMA), desembargadora Angela Salazar, abriu, ontem (5), no Fórum de São Luís, a IV Semana Estadual de Valorização da Mulher.

O evento iniciou com a realização do Seminário “Patriarcado e Gênero: Desconstruindo Paradigmas Jurídicos”, organizado pela Escola Superior da Magistratura (Esmam). A programação reúne magistrados, promotores, servidores, defensores públicos, delegados, advogados, profissionais da Rede de Atendimento à Mulher, estudantes e parceiros do Sistema de Justiça.

Na abertura, Angela Salazar destacou que tramitam no Maranhão mais de 28 mil processos envolvendo violência doméstica contra a mulher. “A condição fática de violência a que estão submetidas as mulheres no Brasil, em especial no nosso Estado, revela a negação de direitos fundamentais, principalmente no plano das relações domésticas e familiares, o que significa negar-lhes a essência da própria dignidade humana”, ressaltou.

Para a magistrada, o combate à violência de gênero pressupõe a desconstrução de paradigmas sexistas e machistas, nos espaços públicos e privados. “Não se deve admitir a naturalização da violência com a consequente aceitação das desigualdades entre homens e mulheres.

A modificação da cultura de subordinação calcada em questões de gênero requer ações conjugadas do poder público e da sociedade civil organizada”, concluiu.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo, participou da programação e falou da importância do evento como espaço de reflexão sobre as novas posturas exigidas do Judiciário no julgamento das ações que envolvem questões de gênero e violência.

PROGRAMAÇÃO

As atividades da IV Semana Estadual de Valorização da Mulher prosseguem até 9 de agosto e visam fortalecer a prestação jurisdicional e o enfrentamento à violência contra a mulher por meio de ações que colocam em pauta assuntos como gênero, racismo estrutural, masculinidades, violência doméstica e feminicídio, com vistas à articulação de políticas públicas de garantia do direito das mulheres a uma vida sem violência.

Serão realizadas palestras, caminhadas e mobilização da sociedade em várias Comarcas do Estado do Maranhão, coordenadas pelos respectivos magistrados titulares.

Informe JP

Judiciário esclarece suposto vazamento do edital do concurso do TJMA

A respeito do suposto vazamento do Edital do Concurso Público do TJMA, o Poder Judiciário divulgou nota oficial informando à sociedade que instaurou sindicância administrativa para apurar eventual envolvimento de servidores no fornecimento de informações do mencionado concurso.

Na nota, o Poder Judiciário esclarece também que a tramitação do referido Edital para a sua publicação oficial no Diário da Justiça Eletrônico ocorreu pelo Digidoc, sistema acessível a qualquer servidor do TJMA, pelo fato do mencionado Edital tratar-se de documento público e, portanto, não sigiloso.

Segue, abaixo, a Nota Oficial;

NOTA OFICIAL

Tendo em vista matéria divulgada no 'Jornal Pequeno' sobre suposto vazamento do Edital do Concurso Público do Tribunal de Justiça do Maranhão, vimos informar à sociedade que instauramos sindicância administrativa para apurar eventual envolvimento de servidores no fornecimento de informações do mencionado concurso, esclarecendo, porém, que a tramitação do referido Edital para sua publicação oficial no Diário da Justiça Eletrônico ocorreu pelo Digidoc, sistema acessível a qualquer servidor do Poder Judiciário, sendo necessário acrescentar também que o Edital é um documento público e, portanto, não sigiloso.

São Luis, 05 de agosto de 2019

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão